



VI - DEMOCRACIA E DIÁLOGO

2010

VI – DEMOCRACIA E DIÁLOGO

1. Articulação com a Sociedade Civil

A participação social nas definições das políticas públicas, nas etapas de elaboração, acompanhamento, avaliação e, em alguns casos, revisão, tornou-se importante instrumento para a interlocução do Governo com a sociedade civil, por intermédio de diversas instâncias, permitindo o diálogo permanente com a sociedade. Essa interlocução com os diferentes segmentos da sociedade civil foi fundamental, também, para o Governo enfrentar os desafios impostos pela recente crise econômica mundial e, por meio do diálogo com as centrais sindicais, representações empresariais e outros segmentos organizados, propor em conjunto soluções para amenizar as consequências dessa crise que abalou a economia internacional.

Desde 2003, foram criados ou consolidados novos canais de participação social – como os Conselhos de Políticas Públicas, Conferências, Mesas de Diálogo, Ouvidorias, Mesas de Negociação, Consultas e Audiências Públicas e Fóruns de Debate –, que contribuíram para estimular parcerias e ampliar a participação efetiva das entidades e dos movimentos sociais na formulação e avaliação de políticas públicas. Esse amplo processo de participação criou um ambiente de corresponsabilidade nas decisões governamentais, que tem sido essencial para o exercício da democracia no País.

Em 2009, foram realizados cerca de 700 encontros de trabalho com representantes dos mais diversos segmentos da sociedade civil da cidade e do campo. Na área rural, foram coordenadas e articuladas as respostas às reivindicações do Grito da Terra 2009; da 3ª edição da Marcha das Margaridas; da V Jornada Nacional de Luta da Agricultura Familiar e Reforma Agrária; e da Jornada Nacional de Luta pela Reforma Agrária. Um dos resultados desse trabalho foi o aumento dos recursos destinados ao Plano Safra da agricultura familiar, que chegou aos R\$ 15 bilhões para o período 2009/2010.

As mobilizações sociais urbanas, também, alcançaram resultados concretos. Em 2009, o Governo, para enfrentar o déficit habitacional, implantou o mencionado Programa Minha Casa, Minha Vida, que foi discutido com os movimentos de luta pela moradia popular e reforma urbana, e a política de incentivo tributário aos setores da construção civil, indústria automobilística e a chamada linha branca (fogões, geladeiras, máquinas de lavar etc.), vinculada à garantia do emprego. Essa política de incentivo foi amplamente discutida com as centrais sindicais e o empresariado industrial.

Também, como importante mecanismo de articulação com a sociedade civil, tem-se as consultas públicas, que em 2009 foram realizadas sobre: i) o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Rio Xingu e o processo de escolha das entidades da sociedade civil para composição do Fórum de Gestão do Plano BR-163; ii) a liberação dos preços das passagens aéreas para a Europa e EUA, o que culminou com a regulamentação da liberdade tarifária para todos os voos internacionais de empresas regulares, nacionais ou estrangeiras, que partem do Brasil; iii) o texto preliminar do PL que visa a substituir o atual Estatuto do Estrangeiro; iv) a definição dos objetivos e das diretrizes para facilitar e ampliar o acesso da população masculina às ações e aos serviços de assistência integral à saúde; v) a atualização do rol de procedimentos e eventos em saúde, como incentivo à mudança do modelo técnico-assistencial; vi) a atualização das políticas públicas em telecomunicações; vii) o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento no Cerrado (PPCerrado); viii) o PL para regulamentar a contratualização de desempenho e a aplicação de recursos orçamentários provenientes de economia com despesas correntes, com possibilidade de bônus para servidores; ix) a implantação do Trem de Alta Velocidade (TAV), que fará o transporte de passageiros entre as



cidades do Rio de Janeiro-São Paulo-Campinas; e x) o aperfeiçoamento do Plano Integrado de Enfrentamento da Feminização da Epidemia de Aids e outras DSTs.

2. Cooperação Internacional

O Governo esforçou-se, também, para incorporar a sociedade civil nas ações de cooperação internacional do Brasil, sobretudo aquelas voltadas para a integração regional e apoio ao desenvolvimento na África e na América Latina. Em 2009, foram realizadas três reuniões ordinárias do Conselho Brasileiro do Mercosul Social e Participativo, a fim de aprofundar as discussões sobre integração produtiva e ampliar o debate sobre o funcionamento do Instituto Social do Mercosul e a criação do Fórum Permanente das Micro e Pequenas Empresas e Empreendimentos de Pequeno Porte do Mercosul. O Instituto Social do Mercosul (ISM), inaugurado em 2009, é responsável pela elaboração de pesquisas e estudos a respeito da viabilidade de projetos sociais no bloco dos países integrantes do Mercado Comum. Ainda em relação ao Mercosul, para promover a sua divulgação nos Estados e estimular a participação da sociedade civil e das autoridades locais no debate dos temas relativos à integração, foi realizada em São Luís/MA a sétima edição do Programa “Encontros com o Mercosul”. A experiência participativa do Mercosul foi discutida no Conselho de Ministros da União de Nações Sul-Americanas e no Secretariado Executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), com o objetivo de ampliar os espaços de participação da sociedade civil nos acordos governamentais. Como resultado dessa iniciativa, será realizado, em 2010, o I Foro da Sociedade Civil da CPLP, que ocorrerá simultaneamente à reunião dos presidentes dos países integrantes da CPLP, com a participação dos movimentos sociais.

No âmbito do programa “África-Brasil: participação social e cooperação internacional”, o Governo, por intermédio da Secretaria-Geral da Presidência da República e do Ministério das Relações Exteriores, realizou um seminário para promover o intercâmbio de experiências sobre políticas públicas implementadas no Brasil e em diferentes países da África. A partir do encontro, foram definidas áreas prioritárias para ações de cooperação entre organizações sociais e foi elaborado o projeto de cooperação para o desenvolvimento da agricultura familiar na região, a ser implementado, em 2010, na África do Sul, Moçambique e Namíbia.

Ainda no âmbito da cooperação internacional, foi realizada missão ao Haiti com o objetivo de debater com representantes do Governo e da sociedade civil haitiana alternativas para ampliar a participação social em projetos de cooperação entre os dois países. Também foi realizado o “Colóquio Brasil-França – Cooperação, Solidariedade e Democracia, Luta contra as Desigualdades e a Exclusão”. O encontro abordou o papel da participação social na cooperação entre a França e o Brasil e buscou aprofundar o intercâmbio entre suas organizações sociais. Também, houve a realização do I Fórum Bilateral de Diálogo Social Brasil-Noruega, promovendo o debate entre governos, entidades sindicais e empresariais de ambos os países sobre a importância do diálogo social na construção de políticas públicas.

A construção de uma agenda comum com os Estados e Municípios, que sustente o atual ciclo de desenvolvimento, passa pelo fortalecimento da crescente ação internacional desses entes, por meio da consolidação dos instrumentos de cooperação internacional federativa e da articulação dessas ações com os eixos prioritários da política externa brasileira. Como forma de aproximar as demandas da cidadania e dos territórios do Mercosul, priorizou-se, em 2009, a consolidação do Foro Consultivo de Cidades e Regiões do Mercosul (FCCR), espaço de participação direta de governadores e prefeitos. Esse Foro é coordenado pela Secretaria de Relações Internacionais da Presidência da República, destacando-se como suas principais ações: i) o apoio a projetos

dos governos subnacionais, com os recursos do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (Focem); ii) a assinatura dos acordos das Rodadas de Integração Produtiva (Manaus e Foz do Iguaçu), que criaram mecanismos de articulação e inserção dos governos locais e estaduais nas políticas nacionais para o Mercosul, a exemplo da Rede de Pesquisa e Tecnologia Agropecuária e a parceria entre a Embrapa e instituições estaduais; iii) a realização do 1º Encontro de Comércio Exterior (Encomex) do Mercosul; iv) a criação da Rede Mercosul de Governadores e Prefeitos de Estratégia do Trabalho Decente, em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT); e v) o Projeto de Integração Fronteiriça, com a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, objetivando a constituição de observatório que mapeará e apoiará as ações de integração dos governos locais de fronteira.

3. Informação ao Cidadão

O Governo manteve e fortaleceu as ações que vinha desenvolvendo com o objetivo de aperfeiçoar, integrar e fortalecer os canais de comunicação dos órgãos do Poder Executivo, a fim de informar e esclarecer os cidadãos sobre políticas públicas, programas e ações governamentais, de acordo com o que dispõe o art. 37, § 1º da Constituição Federal.

Um importante canal de comunicação com a população foi estabelecido por meio da imprensa. O Governo procurou se dirigir a todos os níveis desse setor. Ao mesmo tempo, a ação da Secretaria de Comunicação da Presidência da República (Secom) ampliou os esforços para promover a imagem do Brasil no exterior.

O número de entrevistas concedidas pelo Presidente da República aumentou pelo quinto ano consecutivo. Foram mais de 260 entrevistas para a mídia nacional e internacional, uma média de cinco por semana, sendo 242 coletivas e 120 exclusivas, das quais 72 presenciais e 48 por escrito. Em 2009, o Presidente concedeu entrevistas para a grande maioria dos principais veículos de comunicação do mundo, com o objetivo de transmitir duas mensagens principais: que o Brasil estava preparado para enfrentar a crise internacional e sair mais fortalecido dela e que o Rio de Janeiro teria condições e merecia sediar os Jogos Olímpicos de 2016.

Foram 53 entrevistas exclusivas para a mídia internacional, mais de uma por semana, em média – o dobro do ano anterior. Só no contexto da candidatura e escolha do Rio de Janeiro para sediar as Olimpíadas de 2016, foram cerca de 20 desde julho de 2008, o que resultou em mais de 1.500 matérias publicadas sobre o tema na imprensa internacional. O resultado desse esforço foi destacado nas primeiras páginas de mais de 230 jornais internacionais. A vitória brasileira e a superação da crise financeira internacional contribuíram para o crescente interesse que o Brasil vem despertando no cenário mundial.

As entrevistas exclusivas para a imprensa regional, também, tiveram o aumento expressivo de 70% no ano passado. Cresceram de 31 para 52, principalmente em razão da incorporação das entrevistas para comunicadores de rádios populares locais nas agendas de viagem do Presidente ao interior do País. Foram 17 entrevistas exclusivas nesse formato, em 2009, além de 4 coletivas, como a concedida pelo Presidente no canteiro de obras do Projeto São Francisco. No contexto dessa viagem, foi promovida uma visita guiada de jornalistas brasileiros e estrangeiros para conhecer o projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional, que vão beneficiar mais de 12 milhões de brasileiros. A magnitude da obra e seu impacto social foram retratados em reportagens de jornais, revistas e emissoras de televisão regionais, nacionais e internacionais.

Já consolidados, os programas semanais de rádio Café com o Presidente e Bom Dia Ministro tiveram, juntos, mais de 100 edições, em 2009. Pesquisa realizada pela Diretoria de Serviços da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), que produz os dois programas, aferiu que mais de 1.200 emissoras de rádio em todo o País reproduzem integral ou parcialmente o Café. O Bom Dia Ministro, por sua vez, transmitiu 55 entrevistas ao vivo com 33 ministros, feitas por 178 emissoras de rádio de 95 cidades brasileiras. A novidade de 2009 foi a criação do Brasil em Pauta, outro programa de rádio com entrevistas mensais de outros graduados funcionários do Governo. Foram 10 edições com presidentes de estatais e coordenadores de programas prioritários, com a participação de 78 rádios.

A Secretaria de Imprensa da Presidência, também, implementou outras duas iniciativas importantes: a criação do Blog do Planalto e a coluna de jornal O Presidente Responde. No ar desde agosto, o Blog tem permitido à Presidência da República relacionar-se diretamente com o público de uma nova mídia, que cresce em importância, e com as chamadas redes sociais. Integrando fotos, vídeos, áudios e infográficos, adotando linguagem mais acessível, o Blog colabora para uma melhor compreensão dos programas e políticas de governo. Nos primeiros quatro meses de existência, o Blog do Planalto já foi acessado por mais de 450 mil visitantes em mais de 100 países e mais de 260 cidades brasileiras.

A coluna O Presidente Responde, que estreou em julho, abriu canal direto do cidadão com o Presidente. Semanalmente, ele responde a três perguntas de leitores de 156 jornais, que atingem 107 Municípios de 23 Estados mais o Distrito Federal. Em 2009, o Presidente já respondeu a 78 perguntas de brasileiros. Foram editados 218 boletins “Em Questão”, em versão impressa e digital, e implementada a sua reformulação gráfica e editorial, com aumento do número de páginas e o uso de cor. Foram, ainda, realizadas Palestras, Fóruns e Seminários sobre Comunicação de Governo e temas relacionados à Comunicação Pública no Brasil e no exterior.

Na área internacional, foram realizadas ações relativas ao Projeto de Divulgação do Brasil no Exterior, a partir de fevereiro de 2009, quando foi contratada, por meio de licitação, empresa de assessoria de imprensa e relações públicas para promover o Brasil no exterior. Destacam-se ações como a prospecção, elaboração e distribuição de pautas e comunicados de imprensa para jornalistas estrangeiros e formadores de opinião; e a elaboração de textos de referência sobre temas estratégicos para o Brasil, como energia, meio ambiente e ciência e tecnologia. No que se refere à área de relações públicas, iniciaram-se projetos para informar e sensibilizar a opinião pública internacional sobre diversos temas como meio ambiente e combate a formas análogas ao trabalho escravo. Foram realizados dois seminários no exterior, com a presença do Presidente da República e ministros, em Nova Iorque e Londres, com o objetivo de atrair investimentos e mostrar como o Brasil estava enfrentando os efeitos da crise internacional.

Em 2009, foram realizadas inúmeras ações de publicidade, entre campanhas institucionais, campanhas de utilidade pública, ações de divulgação e produção de material de ambientação em eventos e publicações institucionais, com o objetivo, dentre outros, de propiciar à sociedade maior conhecimento sobre as ações do Governo, ressaltando-se: Balanços do PAC, Programa Minha Casa, Minha Vida, Melhoria do Atendimento aos Segurados da Previdência Social, Portal da Transparência, ProJovem Urbano, Registro Civil de Nascimento e Documentação Básica do Cidadão, Memórias Reveladas, Prevenção ao Uso Indevido de Drogas, Campanha sobre as Ações Sociais do Governo, Semana Nacional do Peixe, Integração da Bacia do Rio São Francisco, Proposta de Marco Regulatório do Pré-Sal, Campanha sobre Educação, Conferência Nacional de Comunicação, Conferência das

Partes sobre o Clima (COP 15), Qualificação de Beneficiários do Bolsa Família, Olimpíadas 2016, Ano da França no Brasil e Seminários Internacionais sobre Investimentos no Brasil, em Nova Iorque e Londres.

Em consonância com a política de descentralização da aplicação de recursos publicitários, a Secretaria de Comunicação da Presidência da República aprofundou o processo de regionalização da comunicação. Para tanto, ampliou a base de dados do Cadastro Nacional de Veículos de Mídia, que compila informações de emissoras de rádio e jornais do País, chegando a cidades com população acima de 20 mil habitantes.

A Diretoria de Patrocínios da Secom criou uma base de dados para troca de informações sobre normas, modelos de contrato, prestação de contas e avaliação de resultados, e estimulou a adoção de editais para seleção pública de projetos de patrocínio. O Módulo Patrocínio do Sistema de Controle de Ações de Comunicação (Sisac) está totalmente implantado e conta com uma base de 754 usuários e 64 instituições patrocinadoras (empresas estatais e autarquias), permitindo maior celeridade e controle das ações envolvendo patrocínio.

Devido à crescente importância da Internet para a comunicação pública, foram desenvolvidas, em 2009, várias ações para ampliar a presença nessa área, com a contratação, por meio de processo licitatório, de empresa de comunicação digital, que começou a trabalhar em março de 2009. Foram lançados os novos sítios da Casa Civil e da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. Em 2010, será lançado o novo Portal Brasil e o Portal da Presidência e haverá a continuidade das ações de promoção do Brasil no exterior, além de ações de publicidade institucional e de utilidade pública.

4. Interlocução Social

a) Conferências Nacionais

As Conferências Nacionais traduzem a importância dada pelo Governo aos processos de participação social. De 2003 a 2009, foram realizadas 66 Conferências Nacionais, que abrangeram 36 áreas setoriais e mobilizaram mais de 4,5 milhões de pessoas em todo o País. Os debates ocorreram em nível municipal, regional, estadual e nacional, definindo prioridades e oferecendo subsídios para a elaboração das políticas públicas. Coordenadas pelos Ministérios em suas respectivas áreas de atuação, as Conferências Nacionais são articuladas e acompanhadas pela Secretaria-Geral da Presidência da República, sendo que as informações sobre as Conferências e os Conselhos Nacionais estão disponíveis na seguinte página da Internet: www.presidencia.gov.br/secgeral.

Em 2009, foram realizadas:

- 2ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa – ocorrida em Brasília, no período de 18 a 20 de março, com o tema “Avaliação da Rede Nacional de Proteção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa – Avanços e Desafios”, essa Conferência foi promovida pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos para debater a efetivação dos direitos das pessoas idosas, entre eles proteção e defesa; enfrentamento à violência; atenção à saúde; previdência social; assistência social; e educação, cultura, esporte e lazer;
- 3ª Conferência Nacional Infância-Juvenil pelo Meio Ambiente – promovida pelo Ministério da Educação, dos dias 3 a 7 de abril,

com o tema “Mudanças Ambientais Globais: Terra, Fogo, Água e Ar”, a Conferência teve como objetivo fortalecer a Educação Ambiental nos Sistemas de Ensino;

- 2ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial – com o tema “Os avanços, os desafios e as perspectivas da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial”, a Conferência foi organizada pela Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), em Brasília, entre os dias 25 e 28 de junho, para avaliar a implementação das políticas públicas aprovadas na 1ª Conferência e acompanhar a implantação do Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial;

- 1ª Conferência Nacional de Recursos Humanos da Administração Pública Federal – “Democratizar as Relações de Trabalho, Diretrizes de Carreiras, Gestão por Competências” foi o tema da Conferência, realizada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em Brasília, dos dias 6 a 9 de julho;

- 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública – com o tema “Segurança com Cidadania: Participe dessa Mudança!”, o Ministério da Justiça realizou, em Brasília, dos dias 27 a 30 de agosto, essa Conferência Nacional, que teve como objetivo definir princípios e diretrizes orientadores da Política Nacional de Segurança Pública;

- 3ª Conferência Nacional Aquicultura e Pesca – a “Consolidação de uma Política de Estado de Desenvolvimento Sustentável de Aquicultura e Pesca” foi o tema dessa Conferência, realizada pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, em Brasília, no período de 30 de setembro a 2 de outubro, com o objetivo de consolidar uma política de Estado para o desenvolvimento sustentável do setor;

- 2ª Conferência das Comunidades Brasileiras no Exterior – o Rio de Janeiro sediou o encontro entre os dias 14 e 16 de outubro. A Conferência foi promovida pelo Ministério das Relações Exteriores e pela Fundação Alexandre Gusmão e debateu os temas: cultura e educação; trabalho, previdência e saúde; e serviços consulares, regularização migratória e representação política;

- 1ª Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena – realizada em parceria pelo Ministério da Educação e Ministério da Justiça (Funai), em Luziânia/GO, no período de 16 a 20 de novembro, teve como tema “Educação Escolar Indígena: Gestão Territorial e Afirmação Cultural”. O objetivo foi ouvir os representantes dos povos indígenas e das organizações não governamentais da área indígena e indigenistas sobre as necessidades da educação escolar indígena;

- 7ª Conferência Nacional de Assistência Social – a “Participação e Controle Social no SUAS” foi o tema do encontro realizado pelo MDS, em parceria com o Conselho Nacional de Assistência Social. A Conferência ocorreu em Brasília, no período de 30 de novembro a 3 de dezembro, e teve como objetivo avaliar o trabalho realizado e debater propostas para o aperfeiçoamento do SUAS;

- 8ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – com o tema “Construindo Diretrizes da Política e do Plano Decenal”, o encontro ocorreu de 7 a 10 de dezembro, em Brasília, tendo como objetivo analisar e definir diretrizes da Política Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, com vistas à elaboração do Plano Decenal da Política dos Direitos da Criança e do Adolescente;

- 1ª Conferência Nacional de Saúde Ambiental – realizada em Brasília, entre os dias 9 e 12 de dezembro, com o tema: “A Saúde Ambiental na Cidade, no Campo e na Floresta: Construindo Cidadania, Qualidade de Vida e Territórios Sustentáveis”. A Conferência foi promovida pelo Ministério da Saúde, em parceria com os Ministérios das Cidades e do Meio Ambiente, cujo objetivo foi elaborar propostas para a política integrada no campo da saúde ambiental;

- 1ª Conferência Nacional de Comunicação – realizada pelo Ministério das Comunicações, essa Conferência foi realizada em Brasília, entre os dias 14 e 17 de dezembro, para debater o tema: “Comunicação: Meios para a Construção de Direitos e de Cidadania na Era Digital”.

Em 2010, está prevista a realização das seguintes Conferências:

- 2ª Conferência Nacional de Cultura – será realizada pelo Ministério da Cultura, no período de 11 a 14 de março deste ano, em Brasília, para debater o tema “Cultura, Desenvolvimento, Diversidade e Cidadania”;

- 1ª Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento de Sistemas Universais de Seguridade Social – tendo como tema “Desenvolvimento de Sistemas Universais de Seguridade Social”, a Conferência será realizada pelo Ministério da Saúde, em Brasília, do dia 22 a 26 de março. O objetivo é estruturar as agendas pela universalização do direito à seguridade social, articulada com os governos participantes e organismos intergovernamentais;

- 1ª Conferência Nacional de Educação – está prevista para acontecer em Brasília, no período de 23 a 27 de abril, e será realizada pelo Ministério da Educação, com o tema “Construindo um Sistema Nacional Articulado de Educação: o Plano Nacional de Educação, Diretrizes e Estratégias de Ação”. O objetivo da Conferência é garantir a participação da sociedade na definição das políticas públicas de educação no Brasil;

- 1ª Conferência Nacional de Defesa Civil – “Por uma Ação Integral e Contínua” é o tema do encontro nacional, que acontecerá em Brasília, de 25 a 27 de abril. A Conferência será promovida pelo Ministério da Integração Nacional e tem como objetivo avaliar a situação da Defesa Civil e definir diretrizes que possibilitem o fortalecimento da participação social no planejamento, gestão e operação do Sindec;

- 4ª Conferência Nacional das Cidades – terá como tema “Avanços, Dificuldades e Desafios na Implementação da Política de Desenvolvimento Urbano” e será promovida pelo Ministério das Cidades, nos dias 25 a 28 de maio. O objetivo do encontro é identificar os avanços e resultados das Conferências anteriores e avaliar a implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU); e

- 2ª Conferência Nacional de Economia Solidária – que será realizada no mês de junho, em Brasília, pelo Ministério do Trabalho e Emprego e pelo Conselho Nacional de Economia Solidária. Tem como objetivo o incentivo à adoção da Economia Solidária como direito, estratégia e política de desenvolvimento.

b) Conselhos Nacionais

Os Conselhos Nacionais – órgãos colegiados, cuja maioria conta com ampla representação da sociedade civil e do Poder Executivo – reúnem-se regularmente para acompanhar, avaliar e propor alterações nas políticas públicas em suas respectivas áreas de atuação. De 2003 a 2009, foram criados 18 novos Conselhos e outros 18 foram reformulados. Hoje, o País conta com 125 Conselhos, com competência para aprovar diretrizes em políticas públicas nos mais diversos setores, como Saúde, Educação, Assistência Social, Segurança Alimentar, Desenvolvimento Econômico e Social, Juventude, Defesa dos Direitos da Pessoa

Humana, Direitos do Idoso, das Crianças e Adolescentes, da Mulher e Promoção da Igualdade Racial. A atuação desses Conselhos é fundamental para o aperfeiçoamento do diálogo social e da democracia, bem assim para a transparência e efetividade da ação governamental.

c) Programa de Formação de Conselheiros Nacionais

Com o objetivo de contribuir para a formação qualificada dos integrantes dos Conselhos Nacionais, o Governo, por intermédio da Secretaria-Geral da Presidência da República, em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e com a ENAP, desenvolveu o Programa de Formação de Conselheiros Nacionais. O programa surgiu da necessidade de se criar um espaço para a capacitação, reflexão e troca de experiências relacionadas à participação social e à democratização da gestão do Estado, além de consolidar e sistematizar o conhecimento a respeito da participação social no âmbito do Governo. O Programa é composto pelo curso de pós-graduação em “Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais”, nas modalidades especialização e aperfeiçoamento; e por 23 cursos de atualização, oferecidos com tecnologia de ensino a distância. Foram realizados, ao longo de 2009, cursos de curta duração destinados ao aprimoramento da gestão de políticas públicas, que variam de acordo com as necessidades específicas dos Conselhos Nacionais. Também, fazem parte do programa ciclos de debates, que acontecem trimestralmente em cada uma das cinco regiões brasileiras e são transmitidos pela Internet.

d) Ouvidorias

As Ouvidorias são canais de participação destinados ao cidadão que, de forma direta, pode acioná-las para reclamar, propor e avaliar a qualidade da prestação dos serviços públicos, com vistas ao seu aperfeiçoamento. Segundo a Ouvidoria-Geral da União, só em 2009, foram registradas cerca de um milhão de consultas às ouvidorias públicas. Em 2009, foram finalizados 24 processos de denúncias de racismo e realizados encaminhamentos para outros 239. Pensando em estratégias para qualificar a atuação dos agentes do Estado, notadamente aqueles ligados à manutenção da Segurança Pública, a Ouvidoria trabalha desde março de 2009 na proposta de criação de delegacias especializadas em crimes etnorraciais e intolerância. Esses avanços foram conquistados a partir do diálogo entre os governos, o Poder Legislativo, a sociedade civil organizada e a iniciativa privada. Com cada um fazendo sua parte, já é possível enxergar em dias futuros um País livre do racismo e da discriminação racial, em que a qualidade de vida e as oportunidades sejam iguais para qualquer brasileiro. As demais ações das ouvidorias são apresentadas no Capítulo VII desta Mensagem.

e) Mesas de Diálogo

Diversas Mesas de Diálogo foram instaladas pelo Governo como um dos relevantes instrumentos para interlocução social. Dentre elas, destaca-se a Mesa de Diálogo para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar, que reuniu representantes das entidades dos trabalhadores, empresários e governo, com o objetivo de propor soluções para tornar mais humano e seguro o cultivo manual na lavoura de cana-de-açúcar. Também, tinha o propósito de promover a reinserção dos trabalhadores desempregados pelo avanço da mecanização da colheita. Instituída em 2008, a Mesa realizou 17 reuniões e debateu uma agenda com 56 itens, que resultou no Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar, lançado em julho de 2009, com a adesão voluntária de mais de 300 das 413 usinas em atividade no País. O acordo nacional inédito resultante desse processo mostrou que questões relevantes nas relações de trabalho podem ser debatidas e equacionadas por meio da

referida interlocução social. Uma comissão tripartite – governo, trabalhadores e empresários – instituída pelo Compromisso Nacional irá acompanhar o cumprimento do acordo, que tem a duração de dois anos, podendo ser prorrogado. As empresas que aderirem voluntariamente ao Compromisso comprometem-se a respeitar as práticas nele definidas que beneficiam mais de 500 mil trabalhadores.

f) Prêmio Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) Brasil

Dentro das atividades preparatórias para a 3ª Edição do Prêmio Objetivos de Desenvolvimento do Milênio Brasil (ODM Brasil), que acontecerá em 2010, o Governo realizou 27 encontros em todos os Estados e no Distrito Federal, que resultaram na criação de 27 núcleos estaduais e mobilizaram pelo menos 9 mil pessoas. O Prêmio foi criado em 2005 a fim de incentivar, valorizar e dar visibilidade a projetos bem-sucedidos de prefeituras, da sociedade civil e do setor produtivo, voltados para a conquista dos Objetivos do Milênio.

Além disso, foi desenvolvido um portal que traz informações sobre a situação de todos os Municípios em relação às metas dos ODMs (www.portalodm.com.br). Ainda em 2009, houve a interação com a Rede de Intercâmbio e Difusão de Experiências Exitosas para Alcançar os ODMs, que é um Banco de Práticas criado pela Cepal e adotado pelo Brasil para a troca de experiências com países da América Latina e do Caribe, dando visibilidade aos projetos selecionados pelo Prêmio.

g) Fórum Social Mundial

A Governo participou e apoiou a realização do Fórum Social Mundial, ocorrida em Belém/PA, em janeiro de 2009, que contou com a presença de presidentes de diversos países da América do Sul. O apoio se estendeu à reunião com o Conselho Internacional do Fórum. A convergência de movimentos e organizações da sociedade civil saiu fortalecida desse encontro, apresentando alternativas para a construção de novos modelos de desenvolvimento. Em 2010, foi realizado outro Fórum, comemorando o seu décimo ano de existência, de 25 a 29 de janeiro, em Porto Alegre, porém com atividades descentralizadas nas cidades de Gravataí, Canoas, São Leopoldo, Novo Hamburgo e Sapiranga/RS.

5. Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES)

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), criado pela Lei nº 10.683, de 2003, vem cumprindo uma trajetória de debate e contribuição em torno de temas fundamentais para o País, valorizando o diálogo como ferramenta para construção do desenvolvimento, que conduz ao bem-estar de todos e à responsabilidade para com as gerações futuras. O esforço de entendimento, a capacidade de escuta, a criatividade e a abertura para novas concepções entre lideranças empresariais, sindicais e outras lideranças representativas da sociedade brasileira consubstanciaram-se, em 2009, em um aprofundamento do debate estratégico sobre desenvolvimento, a partir das mudanças ocorridas no País nos últimos anos e das complexas variáveis do cenário internacional.

Os trabalhos do Conselho voltaram-se, então, para a consolidação do modelo de desenvolvimento em curso, socialmente inclusivo e ambientalmente sustentável, e para a geração de contribuições para os temas que considera relevantes para o atual modelo: a infraestrutura, a matriz energética, a política tributária e a educação. O desenvolvimento, como tarefa compartilhada



entre governo e sociedade, pressupõe crescimento econômico, combate às desigualdades e responsabilidade social e ambiental. A partir dos debates sobre a crise econômica, geraram-se recomendações para proteger a dinâmica brasileira de crescimento econômico com distribuição de renda, ressaltando o papel do Estado como regulador e promotor do desenvolvimento e a construção de uma nova geopolítica mundial, incorporando um conjunto de países no debate e processo decisório. Moldou-se o consenso sobre a importância da rede de proteção social brasileira, geradora de segurança para indivíduos e famílias, ao tempo em que é orientado pelo esforço de manter a produção, o consumo e, portanto, o fluxo econômico. Foram geradas análises e recomendações sobre os seguintes temas: a mudança do clima; o desafio brasileiro da exploração e produção nas reservas de petróleo descobertas na camada do Pré-Sal; a eficiência energética; e as alternativas para o financiamento e para a garantia dos investimentos, objetivando a expansão da infraestrutura – aeroportos, portos, estradas e ferrovias, habitação e saneamento –, tendo como um dos eixos as necessidades para a Copa 2014.

O Observatório da Equidade, dando prosseguimento ao esforço de acompanhar as políticas públicas sob a ótica da equidade, realizou seu terceiro ciclo de análise da desigualdade na escolarização e completou a primeira observação do tema Sistema Tributário Nacional, fazendo uma avaliação das distorções da tributação no Brasil. No âmbito internacional, o CDES realizou a primeira reunião da Mesa-Redonda Brasil-União Europeia das Sociedades Cívicas, proposta conjunta do Conselho e do Comitê Econômico e Social Europeu (CESE), parte da parceria estratégica entre o Brasil e aquele bloco. Obteve avanços nas relações bilaterais com instituições similares e no esforço para apoiar iniciativas de criação de Conselhos Econômicos e Sociais, principalmente na América Latina.

Em 2010, prevê-se que o CDES avançará na proposição sobre a agenda pós-crise, aliando o dinamismo e a capacidade de inovação da economia à construção de uma sociedade mais justa e sustentável.

6. Relações Institucionais

a) Articulação com o Poder Legislativo

Quanto às proposições do Poder Executivo junto ao Poder Legislativo ou às iniciativas deste sancionadas pelo Presidente da República, 2009 foi um exercício extremamente produtivo, no qual foram regulamentadas matérias de extrema importância para o desenvolvimento econômico e social do País. Destaca-se, no âmbito das políticas sociais, a aprovação da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, cujo projeto foi de iniciativa do Poder Executivo, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida. A aprovação dessa lei viabiliza a construção de um milhão de moradias para famílias com renda de até dez salários mínimos, em parceria com Estados, Municípios e iniciativa privada. Dispõe ainda, entre outros assuntos, sobre a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas.

Na área de política econômica, é igualmente relevante a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009, relativa ao Sistema Nacional de Crédito Cooperativo, que dá respaldo jurídico ao cooperativismo como parte integrante do Sistema Financeiro Nacional. Em relação às finanças públicas, houve a aprovação da Lei nº 11.960, de 29 de junho de 2009, autorizando o parcelamento de débitos de responsabilidade dos Municípios, decorrentes de contribuições sociais. Foi, também, sancionada a Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, que altera as faixas da Tabela Progressiva Mensal do Imposto de Renda da Pessoa Física, criando duas novas alíquotas. Nas áreas de educação e cultura, destacam-se as leis de criação de universidades públicas e de alterações na Lei de

Diretrizes e Bases da Educação, para garantir maior acesso ao ensino por parte da população (Leis nº 12.029, de 15 de setembro de 2009, e nº 12.056, de 13 de outubro de 2009, respectivamente).

Foram iniciativas de destaque, na área de infraestrutura, a Lei do Gás (Lei nº 11.909, de 4 de março de 2009); a Lei nº 11.921, de 13 de abril de 2009, que dispõe sobre a política energética nacional; e a Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, que institui a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco). No âmbito da justiça e da segurança pública, destacam-se as alterações do Código Penal, que propiciaram maior garantia de punição a crimes.

Foi desenvolvida intensa atividade de articulação e diálogo junto ao Congresso Nacional, com o objetivo de sensibilizar os Parlamentares para a aprovação de projetos que consolidem a promoção da igualdade racial como política permanente do Estado, necessária até que tenhamos uma sociedade mais equilibrada sob o ponto de vista das relações etnoraciais. O Poder Executivo encaminhou ao Congresso Nacional, em 2009, Projeto de Lei que cria mecanismos para garantir a igualdade entre mulheres e homens nas relações de trabalho urbano e rural e coíbe práticas discriminatórias nesse âmbito. Essa proposta leva em conta princípios constitucionais, normas internacionais ratificadas pelo Brasil e convenções da OIT. O objetivo da mobilização em torno da criação de uma lei que trate sobre igualdade no mundo do trabalho é efetivar, nessa esfera, o princípio constitucional da igualdade entre mulheres e homens, orientando-se pela ideia de traduzir a declaração de igualdade consagrada em dispositivos constitucionais e normas infraconstitucionais destinadas a prevenir e coibir quaisquer práticas discriminatórias lesivas à dignidade das mulheres. Busca-se, assim, garantir que a crescente inserção das mulheres no mercado de trabalho ocorra em respeito às especificidades da condição feminina e a permanência delas no emprego, combatendo inclusive com ações do Estado todas as formas de discriminação em razão de sexo, raça e etnia.

b) Articulação Federativa

No que diz respeito ao fortalecimento institucional dos governos locais, destacam-se as ações da Agenda Nacional de Apoio à Gestão Municipal, que, com base em diagnóstico das capacidades de gestão, propõe a organização e coordenação dos programas federais de capacitação e assistência técnica oferecidos aos Municípios. Outra importante ação dessa agenda foi a criação do Portal do *Software* Público, que, em outubro de 2009, disponibilizou o *e-cidade*, uma ferramenta capaz de gerenciar em um único sistema as principais áreas de uma prefeitura. Além dessas, destacam-se as ações de simplificação do acesso aos recursos dos programas de modernização da gestão e de estímulo à formação de consórcios intermunicipais. Importantes, também, foram os pactos estabelecidos com os Estados e Municípios no âmbito das políticas públicas federais, como as ações de acompanhamento das obras do PAC e a participação na organização e mobilização dos Comitês de Articulação Estadual e dos Colegiados Territoriais, do Programa Territórios da Cidadania.

Em 2009, destacam-se ainda as seguintes iniciativas: i) o apoio técnico à formação de consórcios públicos; ii) o apoio aos Estados e Municípios para participarem do Ano da França no Brasil; iii) a aprovação de recursos para o Acordo de Cooperação Brasil-Itália, como projeto-piloto de pactuação e desenvolvimento territorial, que envolve a Presidência da República, oito territórios brasileiros e cinco regiões italianas; e iv) a realização do 3º Encontro da Cooperação Descentralizada Franco-Brasileira. Ainda nesse ano, em comemoração aos 120 anos da Federação brasileira, foi realizado o Seminário Internacional “Cooperação Federativa: Estratégia para o Desenvolvimento”, que promoveu o diálogo entre gestores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. O evento, que construiu uma agenda de fortalecimento da cooperação federativa como



estratégia para o desenvolvimento do Estado brasileiro, foi organizado em três eixos: a cooperação federativa e a efetividade das políticas públicas; a cooperação federativa e a eficiência na gestão fiscal; e a cooperação federativa e a promoção das atividades produtivas. Com os Estados, estabeleceu-se uma agenda regional a partir do apoio à organização do Fórum de Governadores do Nordeste, do Fórum de Governadores da Amazônia Legal e do Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul (Codesul). Esses fóruns passaram a ter reuniões sistemáticas, consolidando-se como importantes canais de diálogo e pactuação federativa.

Nesse sentido, merece destaque a assinatura dos Compromissos Mais Nordeste pela Cidadania e Mais Amazônia Legal pela Cidadania, nos quais o Presidente da República e os governadores do Nordeste e da Amazônia Legal pactuaram metas, até 2010, para a redução dos índices de mortalidade infantil, analfabetismo e sub-registro civil de nascimento, e para a ampliação da oferta de assistência técnica e extensão rural para o agricultor familiar. As ações estão sendo implementadas, respeitando-se as características de cada Estado e o cronograma preestabelecido. Na Amazônia Legal, além das metas indicadas, firmou-se compromisso de regularização fundiária das terras da União em 436 Municípios. Além disso, o Fórum de Governadores daquela região foi fundamental para a construção da proposta de regularização fundiária, que constou da mencionada Medida Provisória nº 458, de 2009, convertida na Lei nº 11.952, de 2009. Ainda sobre a Amazônia Legal, merece igualmente destaque a articulação federativa com os governadores e prefeitos locais, que valorizou e enriqueceu os debates sobre as mudanças climáticas. Por meio de força-tarefa, os agentes políticos da região contribuíram para a formulação da posição brasileira levada à 15ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, em Copenhague, que enfatiza a importância da manutenção das “florestas em pé”, para a mitigação das emissões de gases de efeito estufa.

Com os Municípios, estabeleceu-se uma relação de diálogo direta e republicana, ou seja, sem distinções partidárias. Realizou-se, no início de 2009, o I Encontro Nacional de Prefeitos e Prefeitas, com a finalidade de auxiliar os novos gestores municipais em início de mandato. Essa nova relação com os Municípios expressa-se, sobretudo, nas ações do Comitê de Articulação Federativa (CAF). Criado em 2003, por um protocolo de cooperação federativa, o CAF foi instituído pelo Decreto nº 6.181, de 3 de agosto de 2007, no âmbito da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, como uma instância de diálogo entre as esferas federal e municipal de governo. Atualmente, além do ministro de Estado que o preside, participam do Comitê dezoito representantes de ministérios cujas políticas têm maior incidência no âmbito municipal e dezoito representantes das seguintes entidades: Associação Brasileira de Municípios (ABM), Confederação Nacional dos Municípios (CNM) e Frente Nacional de Prefeitos (FNP). Em sua última reunião do ano, o CAF deu mais um passo no sentido da sua consolidação e aprovou proposta de projeto de lei para reconhecê-lo como órgão de assessoramento direto ao Presidente da República. O diálogo federativo com os Municípios, no âmbito do CAF, já produziu avanços efetivos, como o fortalecimento da base tributária própria e o aumento das transferências constitucionais, legais e voluntárias para aqueles entes. Hoje, segundo dados da CNM, os Municípios detêm 19% da receita pública disponível, valores muito superiores aos 13% registrados em 2002.

No último ano, em razão da crise internacional, foram implementadas diversas ações de apoio aos Estados e Municípios, com o objetivo de dar sustentação às medidas anticíclicas indutoras do crescimento econômico, da redução das desigualdades e da ampliação da rede de proteção social. Dentre elas, destacam-se as que ampliaram a capacidade de investimento dos entes subnacionais, como i) o aumento da margem de endividamento nos contratos do Plano de Ajuste Fiscal (PAF)/Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal; ii) a nova regulamentação sobre a decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública, com menos entraves e melhoria do atendimento; iii) o referido financiamento do BNDES aos Estados, no valor de R\$ 4 bilhões, para garantir a continuidade de investimentos, mesmo no contexto da crise internacional; iv) o já mencionado

programa de ajuda financeira, que transferiu aos Municípios mais de R\$ 2 bilhões para compensar o decréscimo nos repasses do FPM; v) o parcelamento dos débitos previdenciários dos Municípios em até 240 vezes e a extinção de débitos prescritos; vi) a antecipação de R\$ 1 bilhão em parcelas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb); vii) a redução de até 40% no valor da contrapartida dos contratos do PAC para as obras de saneamento e habitação; viii) a inserção de dispositivo na LDO 2010, que diminuiu o valor das contrapartidas no caso de obras do PAC, Plano Amazônia Sustentável (PAS), Territórios da Cidadania, consórcios públicos e convênios relativas às áreas de assistência social, segurança alimentar, educação, segurança pública etc.; ix) a notificação prévia (prazo de 45 dias) como condicionante à inscrição definitiva de pendência dos Entes Federativos nos sistemas próprios, cadastros ou bancos de dados de controle utilizados para essa finalidade; x) a contrapartida não financeira (em bens ou serviços), ou mesmo a não exigência de contrapartida, em caso de destinação de recursos para realização de ações de competência exclusiva da União, também prevista na LDO 2010; e xi) a simplificação dos procedimentos para o repasse e financiamentos, inclusive para contratações e negociações de dívidas, exigindo-se comprovação de regularidade fiscal apenas no ato do contrato.

Em 2010, um dos principais desafios do Governo será consolidar o federalismo cooperativo, com o objetivo de promover uma repactuação do País, de forma a preservar o processo de desenvolvimento sustentável iniciado pelo Governo, que tem sido fator basal para o enfrentamento da pobreza, das desigualdades sociais e regionais e dos desequilíbrios urbanos e ambientais. A fim de contribuir para esse esforço, no âmbito da Agenda Nacional de Apoio à Gestão, prevê-se o apoio técnico aos Estados e Municípios para a elaboração de diagnósticos, projetos e ferramentas, objetivando o fortalecimento institucional e a qualificação da gestão, especialmente nas áreas metropolitanas e nas regiões mais carentes, como os Territórios da Cidadania. Outro objetivo, para 2010, é consolidar a cooperação internacional federativa, visando a apoiar as ações de cooperação internacional dos Entes Federativos, para articulá-las com a política externa brasileira, por meio das seguintes iniciativas: i) agenda de trabalho do Foro Consultivo de Cidades e Regiões do Mercosul; ii) Cooperação Descentralizada Franco-Brasileira e formalização do respectivo comitê binacional; iii) implementação dos projetos da Cooperação Brasil-Itália em seus territórios; e iv) constituição de um grupo de trabalho de relações intergovernamentais no âmbito do Fórum de Diálogo IBAS (Índia-Brasil-África do Sul) e de uma agenda de cooperação bilateral e trilateral com países do continente africano.

